




## CAPÍTULO 7

# ESTRATÉGIA PARA O COMBATE DO RACISMO ESTRUTURAL COM CRIANÇAS DE UMA ESCOLA NA ZONA RURAL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.342142520117>

**Chiara Buchinger Alves**

Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia pela  
Faculdade Serra Dourada em Altamira – PA.

**Clauciele Maria Gomes Moraes**

Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia pela  
Faculdade Serra Dourada em Altamira – PA.

**Flávia Marcelly Batista de Souza**

Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia pela  
Faculdade Serra Dourada em Altamira – PA.

**Gabriele Siqueira França**

Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia pela  
Faculdade Serra Dourada em Altamira – PA.

**Ivaneide Gomes de Sousa**

Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia pela  
Faculdade Serra Dourada em Altamira – PA.

**Leida Silva de Sousa**

Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia pela  
Faculdade Serra Dourada em Altamira – PA.

**Maria Diolene Rodrigues Guedes**

Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia pela  
Faculdade Serra Dourada em Altamira – PA.

**Antonciebra Darwich da Silva**

Advogada. Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, subseção Altamira – PA em 2024. Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Presta assessoria jurídica voluntária ao Terreiro Centro de Oxóssi Omolokô, fortalecendo práticas comunitárias e promovendo acesso à justiça em contextos de matriz africana. Desenvolveu, em parceria com a OAB subseção Altamira/Pará, a Parápaz e a Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente - DEACA, o projeto sobre abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Assessora jurídica da Presidência Câmara dos Vereadores de Altamira – PA;

### **Dandara Rudsan S. de Oliveira**

Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Especialista em Métodos de Resolução de Conflitos Socioambientais. Fundadora do Coletivo Amazônia LesBiTrans e do Núcleo Estratégico de Direitos Humanos e Promoção da Paz (NEPAZ). Ex-Relatora Nacional em Direitos Humanos pela plataforma DHESCA ocupando o cargo com foco na agenda de “Racismo, Segurança Pública e Violência letal”. Atualmente Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

### **Henrique Buchinger Alves**

Fisioterapeuta. Especialista em Fisioterapia em Neurologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

### **Jackellyny Lorena Almeida Cruz**

Orientadora. Psicóloga. Docente do curso de Graduação em Psicologia pela Faculdade Serra Dourada em Altamira – PA. Especialista em Direitos Humanos e Participação Social pela Escola Mineira de Humanidades. Especialista em Gestão do Trabalho e da Educação no Sistema Único de Saúde pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Especialista em psicologia hospitalar pela UNOPAR. Especialista em Saúde Mental pela Faculdade Dom Alberto. Servidora Pública e Coordenadora do CAPS II. Coordena o PET-SAÚDE/EQUIDADE.

**RESUMO:** O racismo estrutural na infância impacta diretamente o desenvolvimento emocional, cognitivo e identitário das crianças, especialmente em contextos rurais, onde a representatividade étnico-racial é escassa. Este estudo teve como objetivo propor e analisar estratégias psicoeducativas para o enfrentamento do racismo estrutural em uma escola municipal da zona rural de Altamira (PA). A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com intervenção pedagógica composta por oficinas, palestras e produção de materiais educativos, como cartilhas e manual ilustrativo. Os resultados evidenciaram avanços na conscientização de alunos, professores e familiares sobre identidade, ancestralidade e empatia, além da valorização da cultura afro-brasileira. A confecção das bonecas Abayomi e a oficina “Todos Iguais e Todos Diferentes” mostraram-se instrumentos eficazes na promoção do autoconhecimento, pertencimento e respeito às diferenças. A cartilha pedagógica demonstrou potencial para formação docente, subsidiando práticas antirracistas permanentes. Conclui-se que ações educativas lúdicas e afetivas, quando alinhadas à legislação e fundamentadas teoricamente, favorecem a construção de ambientes escolares mais inclusivos, representativos e equitativos, rompendo com padrões discriminatórios desde a infância.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo estrutural. Identidade étnico-racial. Educação infantil. Escola rural. Práticas antirracistas.

## Strategy for combating structural racism among children in a rural school.

**ABSTRACT:** Structural racism in childhood directly affects children's emotional, cognitive, and identity development, particularly in rural contexts where ethnic-racial representation is scarce. This study aimed to propose and analyze psychoeducational strategies to address structural racism in a rural municipal school in Altamira, Pará, Brazil. A qualitative approach was adopted, involving an educational intervention composed of workshops, lectures, and the development of educational materials, such as booklets and a practical manual. The results evidenced significant advances in the awareness of students, teachers, and families regarding identity, ancestry, and empathy, as well as the valorization of Afro-Brazilian culture. The making of Abayomi dolls and the workshop "All Equal and All Different" proved effective in promoting self-knowledge, belonging, and respect for differences. The pedagogical booklet showed potential for teacher training, supporting the implementation of permanent anti-racist practices. It is concluded that playful and affective educational actions, when aligned with legislation and theoretically supported, favor the construction of more inclusive, representative, and equitable school environments, breaking discriminatory patterns from childhood.

**KEYWORDS:** Structural racism. Ethnic-racial identity. Early childhood education. Rural school. Anti-racist practices.

## INTRODUÇÃO

A educação exerce papel central na construção de uma sociedade democrática, plural e comprometida com os direitos humanos, sendo responsável não apenas pela transmissão de conhecimentos, mas também pela formação ética, identitária e social das crianças (Silva, 2009). No Brasil, a escola assume responsabilidade fundamental na desconstrução das desigualdades historicamente enraizadas, especialmente quando se trata do enfrentamento ao racismo estrutural. Esse fenômeno, presente nas instituições, culturas e práticas sociais, manifesta-se com maior intensidade na infância, comprometendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças desde cedo (Almeida, 2019; Fiabani; Fiabani, 2020).

O racismo na primeira infância repercute diretamente na construção da identidade racial, prejudicando a autoestima, o sentimento de pertencimento e a formação das relações sociais (Silva; Oliveira; Aleixo, 2024). Estudos apontam ainda que essas vivências podem interferir em áreas cerebrais ligadas à emoção, empatia, percepção da dor e controle comportamental, revelando que o racismo não afeta apenas a dimensão psicossocial, mas também produz consequências neuroanatômicas (Dumornay *et al.*, 2023; Doretto *et al.*, 2024). Em contextos rurais, onde há menor

acesso a recursos pedagógicos diversificados e menor representatividade étnico-racial, esses impactos tendem a ser ainda mais acentuados, reforçando processos de invisibilização histórica e cultural (Rocha, 2022; NPCI, 2021).

Nesse cenário, a escola torna-se espaço privilegiado para a implementação de práticas antirracistas, promovendo respeito, valorização da diversidade e fortalecimento das identidades étnico-raciais. A legislação brasileira, por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, reforçando o compromisso ético, pedagógico e social das instituições de ensino com a equidade e os direitos humanos (Brasil, 2003; Brasil, 2008). Além disso, pesquisas demonstram que estratégias educativas que valorizam a cultura negra e indígena promovem empatia, identidade, pertencimento e convivência respeitosa, principalmente na infância (Ramos; Bomfim, 2023; Rosa; Almeida; Fonseca, 2024).

Considerando esses aspectos, torna-se fundamental investigar práticas educativas que contribuam para a promoção de uma cultura escolar inclusiva, que fortaleça o reconhecimento da diversidade e combata as estruturas que perpetuam desigualdades desde a infância. Diante disso, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Quais estratégias podem ser adotadas no contexto psicossocial e social para mitigar os efeitos do racismo estrutural em crianças?

## JUSTIFICATIVA

O racismo estrutural configura-se como uma forma persistente e invisível de opressão que permeia as instituições, as práticas culturais e as relações sociais no Brasil, com impactos significativos sobre as crianças, especialmente aquelas em contextos rurais ou periféricos. Estudar e intervir nessa realidade torna-se imperativo porque, conforme apontam Silva, Oliveira e Aleixo (2024), na educação infantil as crianças já internalizam padrões de beleza eurocêntricos que desqualificam traços étnicos negros, o que ocasiona invisibilidade e rejeição da identidade negra, prejudicando a autoestima e o desenvolvimento identitário desses sujeitos. Além disso, pesquisas demonstram que tais padrões afetam não só a identidade, mas também a saúde mental, o rendimento escolar e a vivência dos direitos humanos das crianças negras (Fiabani; Fiabani, 2020).

No contexto rural, onde há menos acesso a recursos culturais diversos e possivelmente menor representação de professores e materiais que reflitam a pluralidade étnico-racial, tais efeitos tendem a se intensificar. Práticas de antirracismo inseridas na escola têm impacto positivo para a valorização étnico-racial. Estudos indicam que a aplicação da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira, associado a práticas pedagógicas de valorização cultural, contribui

para fortalecer a identidade afro-brasileira de crianças no Ensino Fundamental (Rosa; Almeida; Fonseca, 2024). Nessas condições, uma intervenção psicoeducativa que leve em conta as especificidades do ambiente rural, com suas particularidades culturais, históricas e sociais, pode preencher lacunas de equidade, promovendo não apenas conscientização, mas também mudança concreta de práticas.

Do ponto de vista dos direitos humanos, assegurar que crianças sejam protegidas de discriminação racial está previsto na legislação nacional e internacional. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a necessidade de garantir desenvolvimento sadio, em condições de dignidade, afastando qualquer forma de discriminação (Brasil, 2021). Internacionalmente, declarações como a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecem que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, independentemente de raça ou cor. A persistência do racismo estrutural implica violações desse direito fundamental desde muito cedo na vida das crianças, seja pela exclusão, pela repressão simbólica ou pela limitação de oportunidades (Rocha, 2022).

Além disso, estudos empíricos apresentem evidências de práticas escolares antirracistas que surtem efeito benéfico quando instituídas de forma consistente. Por exemplo, em Barreiras (BA), uma pesquisa demonstrou que práticas pedagógicas antirracistas foram percebidas como formas de enfrentar o racismo estrutural na escola pública, revelando que apesar de obstáculos institucionais, tais práticas contribuem para tornar o ambiente escolar mais inclusivo e para reduzir manifestações de racismo cotidiano (Ramos; Bomfim, 2023). De modo semelhante, a formação inicial docente mediante o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) mostrou resultados positivos no fortalecimento da cultura afro-brasileira, no respeito à diversidade, e na inclusão de identidades étnico-raciais no currículo escolar cotidiano (Almeida; Gelard, 2020).

Por fim, considerando que a infância é período central para a formação identitária, emocional e social, intervenções voltadas para crianças, especialmente nos primeiros anos escolares, têm o potencial de interromper ciclos de discriminação e prejuízo psicológico. Se crianças desde cedo vivenciam autoimagem negativa ou invisibilidade racial, isso pode repercutir em baixa autoestima, performance acadêmica comprometida e até adoecimento mental (Silva; Oliveira; Aleixo, 2024; Fiabani; Fiabani, 2020). Logo, uma estratégia psicoeducativa focada em crianças de escola rural, com ações concretas de valorização identitária, diálogo, representatividade e participação, é não só justificável como urgente, para promover direitos humanos e equidade racial.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o enfrentamento ao racismo estrutural no contexto educacional brasileiro está diretamente relacionada à construção histórica das relações étnico-raciais e à forma como o sistema de ensino tratou, ao longo dos séculos, as culturas negra e indígena. A partir da promulgação da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008, tornou-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, configurando um marco legal importante no combate às desigualdades raciais e na promoção da cidadania (Brasil, 2003; Brasil, 2008). Essas leis têm um caráter reparatório e afirmativo, reconhecendo a importância da educação para a valorização da diversidade cultural e para a desconstrução de estereótipos (Lobato, 2021).

Segundo Abreu e Mattos (2008), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais representam um passo importante para romper com a ideia de uma cultura nacional homogênea e miscigenada, que por muito tempo encobriu as desigualdades e o racismo institucional. Os autores afirmam que a introdução da “pluralidade cultural” nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996, e nas Diretrizes de 2004, decorre da força política dos movimentos negros e da necessidade de rever a concepção do “mito da democracia racial” no Brasil (Abreu; Mattos, 2008). Assim, o reconhecimento das diferentes identidades culturais e étnicas é um passo essencial para transformar a escola em um espaço de valorização da diversidade.

Historicamente, o sistema educacional brasileiro reproduziu narrativas eurocêntricas, negando a contribuição de povos africanos e indígenas para a formação da sociedade nacional. Essa invisibilização ocorre não apenas nos conteúdos curriculares, mas também nas práticas pedagógicas e na ausência de representatividade nos livros didáticos e demais materiais escolares (Lobato, 2021). Conforme destaca Domingues (2025), as escolas têm a responsabilidade de dar visibilidade à contribuição histórica, social e cultural de homens e mulheres negros para a formação da sociedade brasileira, contribuindo assim para desconstruir estereótipos e promover a igualdade racial.

A escola, entretanto, ainda é muitas vezes um espaço de reprodução de práticas discriminatórias. Silva (2009) aponta que, contrariamente à ideia de que a escola seria um espaço neutro ou inclusivo, ela frequentemente funciona como ambiente de intolerância e exclusão racial. Isso significa que as políticas educacionais antirracistas devem ir além da legislação: é necessário transformar a cultura escolar por meio de práticas pedagógicas conscientes, formativas e inclusivas (Silva, 2009).

A infância constitui uma etapa essencial para a formação da identidade racial e cultural. Pesquisas recentes apontam que crianças negras, desde os primeiros

anos escolares, enfrentam a internalização de padrões de beleza eurocêntricos, o que afeta diretamente a autoestima e a percepção de pertencimento (Silva; Oliveira; Aleixo, 2024). Essa realidade é agravada em contextos rurais e periféricos, nos quais há menor diversidade de representações e acesso reduzido a materiais pedagógicos que valorizem a pluralidade étnico-racial (Fiabani; Fiabani, 2020). A falta de representatividade e o silêncio institucional diante do racismo acabam por reforçar desigualdades históricas e psicológicas.

O racismo estrutural, conforme destacado por Almeida (2019), não se manifesta apenas em atos individuais, mas está enraizado nas instituições, nos costumes e nas práticas cotidianas. Na educação, isso se traduz na forma como os conteúdos são selecionados, nas expectativas de desempenho, na ausência de professores negros e na naturalização de estereótipos. Ramos e Bomfim (2023) destacam que práticas pedagógicas antirracistas, quando bem estruturadas, podem alterar significativamente o clima escolar, fortalecendo a identidade étnica e promovendo uma cultura de respeito à diversidade.

As Diretrizes Curriculares de 2004, ao estabelecerem a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana, também propõem uma nova forma de pensar o currículo: não mais como transmissão de uma história única e homogênea, mas como um espaço de diálogo entre múltiplas culturas (Abreu; Mattos, 2008). Isso implica reconhecer que a cultura brasileira é resultado de processos históricos de intercâmbio, resistência e produção de saberes de diferentes grupos sociais, em especial, negros e indígenas. Para Abreu e Mattos (2008), compreender a pluralidade cultural na escola significa reconhecer que as identidades culturais são construções sociais e históricas, e não categorias fixas ou imutáveis.

Além disso, os efeitos do racismo estrutural sobre crianças não se limitam ao campo simbólico. Como apontam Fiabani e Fiabani (2020), as experiências de discriminação têm impactos diretos sobre a saúde mental e o desempenho escolar, podendo gerar sentimentos de inferioridade, evasão escolar e prejuízos no desenvolvimento emocional. Do ponto de vista neuroanatômico, estudos mostram que experiências de racismo vivenciadas na infância podem provocar alterações significativas em estruturas cerebrais associadas às emoções, à empatia e ao controle comportamental. Crianças que são vítimas de discriminação repetida tendem a apresentar hiperatividade na amígdala, região ligada ao medo, à ameaça e ao estresse, o que contribui para quadros de ansiedade e hipervigilância (NCPI, 2021). Além disso, há evidências de redução do volume do hipocampo, estrutura responsável pela memória emocional e regulação do cortisol, o que pode comprometer o aprendizado, a atenção e o desenvolvimento socioemocional (Doretto *et al.*, 2024). A exposição contínua ao racismo também afeta a ínsula, área relacionada à percepção da dor física e social, o que interfere na construção da autoestima e na sensação

de pertencimento, impactando diretamente o bem-estar psicológico e as relações interpessoais (Dumornay *et al.*, 2023).

Por outro lado, crianças que manifestam comportamentos racistas, muitas vezes por influência do meio familiar, e/ou social, também podem apresentar alterações neurofuncionais. Pesquisas apontam que a baixa ativação da ínsula e do córtex pré-frontal, estruturas ligadas à empatia e julgamento moral, está associada à tendência à desumanização do outro e à dificuldade de reconhecer a dor e o sofrimento alheio (Silva; Gouvêa; Barja, 2024). Esse padrão está relacionado ao reforço de crenças discriminatórias e à naturalização de práticas excludentes. A imaturidade do córtex pré-frontal, região responsável pelo controle de impulsos e pela autorregulação emocional, também pode explicar a reprodução automática de comportamentos racistas em contextos sociais onde o preconceito é normalizado (NCPI, 2021; Doretto *et al.*, 2024). Dessa forma, compreender as implicações neuroanatômicas do racismo, tanto para as crianças que sofrem quanto para as que reproduzem práticas discriminatórias, é fundamental para estruturar ações pedagógicas que promovam empatia, consciência ética e respeito à diversidade. Nesse sentido, intervir ainda na infância é uma estratégia essencial para romper ciclos de discriminação e marginalização.

A valorização da identidade negra e indígena deve ser parte do projeto pedagógico da escola e envolver toda a comunidade escolar. Rosa, Almeida e Fonseca (2024) defendem que práticas educativas que valorizem a diversidade cultural promovem não apenas autoestima e pertencimento, mas também melhor convivência e respeito entre os alunos. Essas práticas devem incluir o uso de materiais didáticos diversificados, a abordagem de conteúdos que contemplem a história e cultura afro-brasileira, e o incentivo a espaços de fala e escuta para alunos negros e indígenas.

O contexto rural, foco deste projeto, exige atenção específica. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2021), toda criança tem direito a um desenvolvimento digno e livre de discriminação. No entanto, em escolas rurais, muitas vezes há carência de formação docente voltada para a temática racial, além da escassez de recursos pedagógicos que representem a diversidade cultural do país. Rocha (2022) alerta que o racismo estrutural no Brasil se manifesta de forma ainda mais intensa entre crianças negras em contextos vulneráveis, implicando desigualdade de oportunidades desde cedo.

Nesse cenário, a educação antirracista deve ser compreendida não apenas como cumprimento de uma exigência legal, mas como um compromisso ético e político com a equidade e os direitos humanos. Isso envolve a formação crítica dos educadores, a revisão dos currículos, a criação de ambientes escolares acolhedores



e representativos, e a valorização da ancestralidade afro-brasileira como elemento central da cultura nacional (Lobato, 2021; Silva, 2009).

Assim, a fundamentação teórica deste projeto está ancorada em três eixos principais: primeiro é a historicidade das relações étnico-raciais e a legislação afirmativa; segundo é a compreensão do racismo estrutural como fenômeno institucional e cultural; e o terceiro é a importância da intervenção na infância, especialmente no contexto escolar, para promover autoestima, identidade e cidadania. A implementação efetiva de práticas pedagógicas antirracistas nas escolas rurais pode contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural, garantindo às crianças negras um espaço de aprendizagem mais justo, representativo e inclusivo.

## METODOLOGIA

O presente projeto foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Princesa do Xingu, localizada na zona rural do município de Altamira, estado do Pará. Trata-se de uma proposta de caráter prático e interventivo, fundamentada em uma abordagem qualitativa, voltada à promoção da valorização da identidade étnico-racial e ao enfrentamento do racismo estrutural no contexto escolar. O objetivo é articular ações educativas, artísticas e formativas, que envolvam professores, alunos e comunidade, com foco na construção de uma cultura escolar mais inclusiva e representativa.

Inicialmente, foi realizada uma etapa de pesquisa teórica para embasar o desenvolvimento das atividades práticas, por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais, como Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, Periódicos CAPES, ERIC, PsycINFO, Web of Science e PubMed. As buscas contemplaram publicações entre os anos de 2000 e 2025, abrangendo, livros, artigos científicos, dissertações, teses e relatórios técnicos que tratem do racismo estrutural na infância e das práticas pedagógicas antirracistas. Foram utilizados descritores em português e inglês, como "racismo estrutural", "educação étnico-racial", "Lei 10.639", "infância", "escola rural", "práticas pedagógicas antirracistas", "representatividade" e "identidade racial", além de seus equivalentes em inglês, combinados por operadores booleanos do tipo ("racismo estrutural" OR "racismo") AND ("escola rural" OR "educação infantil") e ("structural racism" OR "racism") AND ("early childhood" OR "education" OR "school"). Os critérios de inclusão abrangeram estudos com relevância temática, publicados nos idiomas português ou inglês e com foco no contexto escolar. Foram excluídos trabalhos de opinião ou que não apresentem base científica. Essa etapa de pesquisa visou oferecer sustentação teórica às ações educativas que foram implementadas, sem a realização de análise de dados ou tratamento estatístico, visto que o trabalho não se configura como um artigo

científico. Para a revisão da literatura, também foram realizadas consultas jurídicas com a Dra. Antonciebra Darwich, advogada e presidente da Comissão dos Direitos das Crianças e Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (subseção Altamira); consultoria com a defensora dos Direitos Humanos e Gestora de Conflitos Socioambiental, Dandara Rudsan, que Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Métodos de resolução de conflitos socioambientais e fundadora do Coletivo Amazônico LesBiTrans e do Núcleo Estratégico de Direitos Humanos e Promoção da Paz (Nepaz), Ex-Relatora Nacional em Direitos Humanos pela plataforma DHESCA ocupando o cargo com foco na agenda de “Racismo, Segurança Pública e Violência letal” e atualmente Conselheira Nacional do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e com o fisioterapeuta especialista em Neurologia Adulta e Pediátrica pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Dr. Henrique Alves.

Após a revisão teórica, foi feita uma visita preparatória à EMEIF Princesa do Xingu no dia 30 de outubro, no turno da tarde, com o objetivo de apresentar o projeto ao diretor e à equipe pedagógica. Nessa ocasião, foi entregue um ofício formalizando a parceria institucional e

detalhando as etapas do projeto. A execução prática teve início no dia 21, em uma sexta-feira das 13:30 às 17:00 horas, quando foram realizadas as atividades com os alunos, professores e demais membros da comunidade escolar.

As ações práticas foram compostas por dois momentos principais. O primeiro foi uma oficina denominada “Todos Iguais e Todos Diferentes”, proposta que fez com que as crianças ficassem de frente a um espelho, refletindo sobre suas próprias emoções, promovendo reconhecimento de si, percepção da sua cor de pele e seus traços físicos. Seu significado psicopedagógico reside na ampliação do autoconhecimento, na identificação e nomeação de sentimentos e na formação da empatia, aspectos fundamentais para o fortalecimento da identidade individual e coletiva no ambiente escolar. A segunda oficina realizada, foi a de confecção das bonecas Abayomi, com a produção de aproximadamente trinta unidades. Essa atividade teve caráter simbólico e educativo, uma vez que as bonecas Abayomi representam elementos da cultura afro-brasileira, associadas à resistência, à ancestralidade e ao afeto. Durante a oficina, foi explicado o significado histórico e cultural das Abayomis, incentivando as crianças e os educadores a compreenderem a importância da herança africana na formação da identidade nacional. Além da confecção prática, foi elaborado um manual ilustrativo de como fazer a boneca Abayomi, para que a escola possa reproduzir a atividade posteriormente como prática pedagógica permanente. Enquanto a primeira oficina era realizada com as crianças, foi ministrada, em outra sala, uma mini palestra direcionada aos professores, conduzida pelo fisioterapeuta e especialista em neurologia, Dr. Henrique B. Alves, que abordou os efeitos que a prática do racismo, tanto por quem pratica quanto por quem sofre, pode causar nas

estruturas cerebrais dessas crianças, bem como as consequências dessas alterações neuroanatômicas a longo prazo.

Como produto final do projeto, foram confeccionadas duas cartilhas educativas: uma destinada aos pais e responsáveis e outra direcionada à escola. A cartilha voltada para os pais aborda a importância do diálogo sobre identidade racial no ambiente familiar, a valorização da estética negra, o combate ao preconceito e a promoção da autoestima das crianças negras. Já a cartilha voltada à escola reuni orientações sobre práticas pedagógicas antirracistas, sugestões de atividades culturais, estratégias para a aplicação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e formas de fortalecimento da representatividade afro-brasileira no currículo, e esta disponível através dos link: <https://acesse.one/CombateaoRacismo>.

A participação dos alunos e professores foram voluntária e ocorreu mediante autorização formal da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, e da direção da escola.

Todas as atividades foram conduzidas em ambiente acolhedor, respeitoso e educativo, garantindo o bem-estar dos participantes. O projeto não prevê coleta de dados quantitativos ou entrevistas, pois seu foco está na ação pedagógica e na sensibilização da comunidade escolar.

Espera-se que as atividades desenvolvidas tenha contribuído para o fortalecimento da identidade étnico-racial das crianças, para o aumento da conscientização da comunidade escolar quanto à importância da valorização da cultura afro-brasileira e para a ampliação das práticas pedagógicas antirracistas dentro da instituição. A confecção das bonecas Abayomi e a produção das cartilhas e do manual de orientação representam instrumentos concretos de transformação, que poderão ser utilizados pela escola em ações educativas futuras. Dessa forma, a metodologia proposta buscou unir teoria e prática, promovendo não apenas a reflexão crítica sobre o racismo estrutural, mas também a vivência de práticas que estimulam o respeito, a representatividade e a equidade racial desde a infância.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a intervenção evidenciaram contribuições significativas para a promoção da identidade étnico-racial, fortalecimento da autoestima e conscientização sobre práticas antirracistas no contexto escolar rural. Nesse sentido, a produção e aplicação de materiais educativos como cartilhas, manual prático e oficinas vivenciais demonstraram-se ferramentas eficazes na construção de uma cultura escolar mais inclusiva, transformadora e acolhedora. Essa perspectiva dialoga com Ramos e Bomfim (2023), que destacam que práticas pedagógicas antirracistas, quando aplicadas de forma sistemática, promovem mudanças perceptíveis no

ambiente escolar, especialmente no que se refere à participação discente, convivência e respeito à diversidade.

A cartilha voltada aos pais e responsáveis representou um importante mecanismo para promover o diálogo familiar sobre identidade racial, autoestima e pertencimento. A literatura aponta que o ambiente familiar desempenha papel determinante na formação da identidade racial da criança, influenciando diretamente a construção de autoimagem e valores sociais (Fiabani; Fiabani, 2020). Durante a ação, observou-se que muitos responsáveis relataram dificuldade em tratar de questões étnico-raciais com as crianças, muitas vezes por desconhecimento, medo de reforçar discriminações ou por acreditarem que o racismo “não está presente” na infância. Essa percepção confirma o que aponta Silva (2009), ao afirmar que, muitas vezes, a negação do racismo contribui para sua perpetuação, reforçando a naturalização de atitudes discriminatórias desde a infância.

A cartilha pedagógica direcionada aos professores demonstrou ser um recurso relevante

na formação continuada, trazendo fundamentos legais, metodológicos e históricos sobre a temática. O material apresentou orientações para aplicação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que determinam a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, constituindo-se como medidas indispensáveis para a valorização identitária e combate ao racismo estrutural (Brasil, 2003; Brasil, 2008). Durante a intervenção, percebeu-se a necessidade de formação docente no tema, uma vez que os professores relataram limitações teóricas e metodológicas para abordar o assunto em sala de aula. Essa lacuna também é descrita por Lobato (2021), ao afirmar que muitos educadores reconhecem a importância da educação étnico-racial, mas ainda carecem de formação adequada para mediar discussões com intencionalidade pedagógica.

Em paralelo, a oficina “Todos Iguais e Todos Diferentes” proporcionou experiências significativas às crianças, permitindo que elas refletissem sobre seus traços físicos, sentimentos e pertencimento racial, promovendo o reconhecimento de si e do outro. Essa vivência está alinhada ao que defendem Silva, Oliveira e Aleixo (2024), ao afirmarem que a consciência étnico-racial na infância depende de experiências concretas de identificação, reconhecimento e valorização. Durante a atividade, foi possível observar mudanças de postura entre as crianças, que passaram a verbalizar com mais segurança aspectos relacionados à sua cor de pele, cabelos e origens familiares.

A confecção das bonecas Abayomi, por sua vez, mostrou-se não apenas uma atividade lúdica, mas também simbólica e ancestral. As Abayomis representam elementos de resistência, afeto e reconstrução identitária, transmitindo às crianças

valores históricos e culturais afro-brasileiros (Rosa; Almeida; Fonseca, 2024). Conforme observado durante a intervenção, as crianças demonstraram orgulho ao confeccionar e compartilhar suas bonecas, além de estabelecer vínculos afetivos com colegas durante a atividade. As autoras Rosa, Almeida e Fonseca (2024) reforçam que práticas pedagógicas que valorizam a ancestralidade fortalecem a autoestima e o sentimento de pertencimento entre crianças negras, além de promover empatia nas não negras.

Além das dimensões psicossociais, a palestra sobre os impactos neuroanatômicos do racismo trouxe reflexões profundas aos professores. A apresentação, fundamentada em estudos de Dumornay *et al.* (2023) e Doretto *et al.* (2024), evidenciou que experiências de discriminação na infância alteram estruturas cerebrais como a amígdala, hipocampo e ínsula, prejudicando o controle emocional, a percepção de dor social e o aprendizado. Esse conhecimento provocou impacto significativo entre os educadores, que relataram a necessidade de repensar práticas pedagógicas, estigmas e comportamentos que poderiam reforçar desigualdades na escola. Tal perspectiva dialoga com Silva, Gouvêa e Barja (2024), os quais afirmam que a baixa ativação da ínsula e do córtex pré-frontal está associada à dificuldade de reconhecer a dor do outro, contribuindo para comportamentos discriminatórios e reduções de empatia.

Outro resultado importante foi a replicabilidade dos produtos educacionais. A disponibilização da cartilha pedagógica em formato digital, através do link <https://acesse.one/CombateaoRacismo>, possibilitou seu acesso por outras escolas e profissionais interessados na educação étnico-racial, transformando a intervenção em ferramenta contínua de formação, alinhada às diretrizes de igualdade e direitos humanos (Brasil, 2021). Nesse sentido, Rocha (2022) ressalta que a promoção de direitos na infância exige que os espaços educativos sejam não apenas transmissores de conteúdo, mas agentes de transformação social, cultural e emocional.

Por fim, os resultados evidenciaram que intervenções que unem teoria, prática, ancestralidade e afetividade têm potencial para romper ciclos de discriminação e fortalecer o protagonismo infantil. A escola rural, muitas vezes invisibilizada nas políticas públicas e nos debates acadêmicos, mostrou-se espaço fecundo para a promoção de práticas antirracistas quando há intencionalidade pedagógica, envolvimento comunitário e materiais adequados. Nesse sentido, conforme defendem Ramos e Bomfim (2023), a efetividade de ações antirracistas depende do compromisso institucional, mas também de estratégias formativas contínuas que valorizem saberes, memórias e identidades.

Dessa forma, conclui-se que os resultados do projeto transcenderam a intervenção pontual, apontando caminhos concretos para a construção de ambientes escolares mais humanos, representativos e equitativos.

## CONCLUSÃO

O enfrentamento ao racismo estrutural no ambiente escolar exige mais do que ações pontuais ou apenas o cumprimento da legislação. É necessário compreender que o racismo não se manifesta apenas nas relações sociais, mas também influencia a construção da identidade, autoestima e desenvolvimento emocional das crianças. Nesse sentido, o projeto desenvolvido demonstrou que a escola pode ser um espaço efetivo de transformação cultural, promoção de respeito e fortalecimento da identidade étnico-racial, especialmente quando utiliza metodologias participativas, práticas lúdicas e atividades que valorizam a diversidade e a ancestralidade.

As oficinas realizadas com as crianças, aliadas à palestra formativa para os professores, evidenciaram a importância de discutir não apenas os aspectos sociais do racismo, mas também os impactos que ele causa no desenvolvimento cerebral, tanto de quem sofre quanto de quem pratica. A compreensão dessas consequências, a longo prazo, fez com que os educadores reconhecessem a responsabilidade pedagógica que possuem na prevenção de comportamentos discriminatórios, na construção de vínculos afetivos mais saudáveis e na promoção de intervenções que estimulem a empatia, o respeito e a convivência ética entre os alunos.

Portanto, conclui-se que o combate ao racismo estrutural na escola, especialmente no contexto rural, só se torna possível quando há envolvimento de toda a comunidade escolar, intencionalidade pedagógica e práticas educativas antirracistas contínuas. Este projeto mostrou que trabalhar a identidade, a autoestima e o pertencimento cultural desde a infância não apenas resgata a história e a dignidade de crianças negras e indígenas, mas também promove uma educação mais humana, equitativa e transformadora. Trata-se de um caminho necessário para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente de seu compromisso com os direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M.; MATTOS, H. Em torno das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana": Uma Conversa com Historiadores. **Rev. Estudos Históricos**. v.21, n.41, p.5-20. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000100001>

ALMEIDA, C. V. A.; GELARD, F. P. Formação Inicial Docente e Práticas Pedagógicas Antirracistas: Experiências do PIBID Pedagogia. **Revista Interterritórios**. v.6, n.12. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33052/inter.v6i12.248992>.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo – SP. Coordenação Sueli Carneiro. Editora Pólen. 2019. ISBN: 978-85-98349-74-9

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**. Brasília – DF. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a **obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília – DF. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a **obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Brasília – DF. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Estatuto da Criança e Adolescente – Eca, Lei nº 8.069/1990**. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília – DF. 2021. Acesso em: 22 de agosto de 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf).

DOMINGUES, P. A Lei 10.639/03 e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. **Cad. Pesqui.** v.55. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980531411162>

DORETTO, V. F.; *et al.* Childhood maltreatment and the structural development of hippocampus across childhood and adolescence. **Psychological Medicine**. v.54, n.16. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0033291724001636>

DUMORNAY, N. M.; *et al.* Racial Disparities in Adversity During Childhood and the False Appearance of Race-Related Differences in Brain Structure. **American Journal of Psychiatry**. v.180, n.2. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.21090961>

FIABANI, A.; FIABANI, T. A Dor do Inocente: Implicações do Racismo para a Criança Negra. **Revista Diversidade e Educação**. v.8, n.2. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v8i2.11816>.

LOBATO, G. **Educação e as Relações Étnico-Raciais**. 2º volume. Formiga – MG. Editora MultiAtual. 2021. ISBN: 978-65-995169-1-7. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5013416>

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA – NPCI. **Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância**. São Paulo – SP: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. 2021. ISBN: 978-65-996065-2-6 [e-book].

ROSA, A. B. S. da; ALMEIDA, P. R. L. de; FONSECA, S. M. de F. P. da. Práticas Pedagógicas de Valorização Étnico-Racial: uma proposta educativa multicultural. **Revista Ensaios Pedagógicos**, v.8, n.1. 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/enp.v8i1.326>.

RAMOS, F. R.; BOMFIM, M. V. P. Práticas Pedagógicas Antirracistas como Enfrentamento ao Racismo Estrutural em um Colégio Público de Barreiras – BA. **Revista Coletivo SECONBA**. v.7, n.1. 2023. ISSN: 2594-9578.

ROCHA, A. P. Da Escravidão à Pandemia: Racismo Estrutural e Desproteção de Crianças e Adolescentes. **Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**. v.20, n.50. 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2022.68586>.

SILVA, Â. da; OLIVEIRA, F. N. de; ALEIXO, A. C. M. Vivências no Cotidiano do Brincar: as Marcas do Racismo Estrutural na Ecologia da Educação Infantil. **Revista Educação e Emancipação**. v.17, n.1. 2024. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319v17n1.2024.4>.

SILVA, C. A. da. **Educação, Tolerância e Direitos Humanos**. 1ª edição, Porto Alegre –RS. Editora Metodista. 2009. ISBN: 978-85-205-0549-6.

SILVA, M. H. D. da; GOUVÊA, T. A.; BARJA, P. R. **Empatia, Tolerância e Preconceito: Fundamentos Neurocientíficos e Desafios Sociais no Contexto Brasileiro**. XXVIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XXIV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e XIV Encontro de Iniciação à Docência - Universidade do Vale do Paraíba. 2024. Acesso em: 17 de outubro de 2025. Disponível em: [https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2024/anais/arquivos/0972\\_0718\\_01.pdf](https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2024/anais/arquivos/0972_0718_01.pdf)